

## Abandono infantil, fenômeno com gênero

Helda Martinez, da IPS

Tem 20 anos e não sabe quem são seus pais nem se tem irmãos. Aos três anos, Mariana foi entregue na Colômbia a uma família camponesa da qual fugiu aos 14. Perambulou por uma semana, até que a polícia a enviou a um centro de proteção do Estado.

Agora, maior de idade, faz terapia psicológica, trabalha e estuda Administração, “porque no futuro criarei uma instituição de proteção a meninos e meninas abandonados e abusados”, afirmou, com convicção, à IPS.

Mariana, nome fictício que a jovem pediu para usar a fim de preservar sua identidade, conhece bem tudo isso, porque sofreu abuso quando criança. “Tinha sete anos. Eu contava para uma senhora que cuidava de mim, e ela não acreditava”, revelou.

Segundo contaram, ela foi abandonada devido à pobreza dos pais, naturais do departamento de Boyacá, que a deixaram em uma localidade rural perto de Bogotá.

Essa costuma ser a causa comum do abandono infantil, à qual se somam a ignorância, a falta de consciência sobre planejamento familiar e da responsabilidade que representam os filhos, a cultura machista e a violência em suas múltiplas expressões.

Séculos em guerra e quase cinco décadas do atual conflito interno também afetam de maneira especial a sociedade colombiana, vítima de deslocamentos forçados e do conseqüente desmembramento familiar, de mortes violentas ou de recrutamentos pelos diferentes grupos armados.

No caso das mulheres, soma-se sua utilização como arma ou recompensa de guerra, o que as leva a serem violentadas por membros de todos os grupos que participam do conflito.

Uma situação que motivou, nas duas últimas décadas, pronunciamentos do Tribunal Constitucional colombiano, acompanhamentos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e decisões do Tribunal Interamericano de Direitos Humanos.

Por trás do mapa de abandono há um número obtido pela organização não governamental Educação para a Saúde Reprodutiva com base em um estudo de 2007: na Colômbia, 56% das gestações são indesejadas.

A isso devem ser acrescentados mais dois: em 2009 havia no país 61 mil menores de ambos os sexos acolhidos pelo Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, que calculou que, além disso, outras 30 mil crianças desamparadas estão nas ruas, em um país com 45,6 milhões de habitantes, 37% deles com menos de 18 anos, segundo dados oficiais.

A esses dois grupos devem ser somados entre seis mil e 11 mil menores, de ambos os sexos, recrutados ilegalmente, de acordo com números que variam segundo as fontes.

“É uma realidade que nos converte em um dos povos mais raivosos do mundo”, disse à IPS o psiquiatra Francisco Cobos, autor de dois livros que se converteram em referência sobre o fenômeno, “Estratégia para uma luta contra o abandono: modelo de atenção integral à criança de rua” e “Psiquiatria da criança, do adolescente e da família”.

“Por quê? Porque a raiva é um sentimento que corresponde à perda de algo que nos é importante. O abandono é perda. Causa raiva, distanciamentos e novos abandonos, em um círculo que não se rompe. Que se sustenta na falta de afeto”, explicou o especialista.

Esta situação atual se cruza, para alguns estudiosos, com a época anterior à chegada de Cristóvão Colombo e dos espanhóis à América. “As sociedades indígenas davam mais valor aos meninos, futuros guerreiros”, disse o pediatra e professor de antropologia médica Hugo Sotomayor.

Recorda, nesse sentido, que na fase pré-colombiana entre os povos assentados no atual território colombiano havia “práticas como o infanticídio de meninas até o nascimento de um menino”.

“Ao confrontar o valor que os indígenas davam ao nascimento de meninos com as práticas e crenças espanholas, há semelhanças evidentes”, constata Hugo em publicações da Academia Nacional de Medicina.

“A Casa de Crianças Enjeitadas de Santa Fé de Bogotá informa que (já em 1642) mais meninas eram abandonadas”, comentou o pediatra.

Trata-se de uma história de séculos de vexames contra as mulheres, que teria começado a se romper paulatinamente e de modo silencioso desde meados do Século 20, afirmou Francisco. “É uma revolução que avança quase sem percebermos”, declarou.

“Em meio às dificuldades que continuam enfrentando, as mulheres se apoderam do mundo de uma maneira real, por sua natureza e manejo de sentimentos que nós não conseguimos”, disse.

É a razão, segundo Francisco, para que, “apesar de os maus-tratos deixarem nelas sequelas, medos e dificuldades de relacionamento, também superem as situações difíceis com mais facilidade do que os homens”.

Baseou sua apreciação no que não duvidou em definir como “vulnerabilidade masculina”, agora escondida em expressões machistas, que deixam profundas solidões. “Seres distantes, crianças adultas com pais ausentes”, afirmou.

Explicou, como exemplo, que “se um jovem perde um olho em uma briga, tem mais dificuldade de superar o trauma do que uma mulher diante de uma complexidade. Ele sente a derrota, que reduziu sua macheza”, afirmou Francisco.

É um conjunto de realidades frente às quais, enfatizou o psiquiatra, **só a educação dos adultos, para promover mudanças profundas em seus comportamentos com menores**, romperia os círculos de abandono e abuso, evidentes em todos os segmentos sociais e que têm muitas expressões, incluída a “dos pais que trabalham muito e deixam os filhos sozinhos”.

**Francisco ressalta, ainda, que “a legislação por si só não serve” e que “os órgãos estatais de proteção, que têm sobretudo caráter político, não motivam mudanças reais”.**

As opiniões do médico explicam porque Mariana se propõe a criar uma fundação como seu principal objetivo, conseguir qualificações altas na universidade e ter a certeza de sentir-se “uma mulher nova” como resultado da terapia psicológica.

Está convencida de que as meninas sofrem mais o abandono do que os meninos, embora especialistas como Francisco afirmem que “na primeira infância meninos e meninas são igualmente afetados”, e mais adiante processem a situação de maneira diferenciada.

Depois do que viu e viveu, Mariana acredita que “nós somos mais delicadas”. E acrescentou, como que para si mesma: “é triste não ter uma mãe que nos ensine o que fazer quando chega a menstruação, ou como nos proteger de homens que abusam”.

(IPS/Envolverde)

## Leitura e Aprendizado

### **Frei Betto\***

No Brasil se lê, em média, 1,3 livro por ano. Nos EUA, 11; na França, 7; e na Argentina, 3,2. E há em nosso país 2.980 livrarias, uma para cada 64 mil habitantes. A Unesco considera razoável uma livraria para cada 10 mil habitantes.

O Ministério da Cultura garante que até o fim do governo Lula serão inauguradas bibliotecas públicas em 2 mil municípios. Tenho minhas dúvidas. O prazo para captar recursos do governo federal destinados à revitalização de bibliotecas públicas se encerrou em meados de julho. Apenas 300 dividirão os R\$ 30,6 milhões liberados.

O que significa que cada município, com apenas R\$ 102 mil, deverá modernizar instalações, atualizar o acervo, melhorar o acesso de leitores portadores de deficiências e ainda criar bibliotecas ramais (em distritos, bairros da periferia e zona rural). Também duvido, a menos que as prefeituras descubram como multiplicar dinheiro e capacitação de pessoal.

Há, em todo o país, 4.763 bibliotecas. Uma para cada 33 mil habitantes. Na Argentina há 1 para cada 17 mil. Em 420 cidades brasileiras não existem bibliotecas ou se encontram fechadas. As nossas emprestam, em média, apenas 296 livros por dia, o que é muito pouco. E só 29% delas têm acesso à internet.

Os dados são do Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Getúlio Vargas a pedido do Ministério da Cultura.

Pesquisa do Observatório do Livro revela que o alto preço é, para 67% dos leitores, a principal razão de se recorrer à cópia xerox de um exemplar, embora isso seja proibido por lei. Outros 20% justificam a ilegalidade por não encontrarem o título nas livrarias. E 13% alegam que, nas faculdades, é mais fácil xerocar do que procurar o livro a ser emprestado ou comprado.

Segundo a Unesco, o Brasil tem 13,8 milhões de analfabetos. Sem contar os analfabetos funcionais, um universo que engloba 54% da população entre 15 e 64 anos que cursaram até a 4ª série e, no entanto, não são capazes de compreender textos longos e muito menos redigir uma carta sem graves erros de concordância e sintaxe.

Nos EUA, pesquisa das universidades de Nevada e da Califórnia constatou que quanto mais livros há numa casa, mais anos de escolaridade atingirão as crianças que a habitam. O nível cultural e de escolaridade dos pais também influencia, porém menos que a disponibilidade de livros no lar. Além de serem úteis no aprendizado escolar, ampliam o vocabulário e a imaginação, o conhecimento de história e geografia e a capacidade de refletir e argumentar.

Hoje se recomenda a leitura de histórias infantis desde a primeira semana de vida do bebê. Ainda que se tenha a impressão de total desinteresse da parte dele, na verdade isso o ajuda a aprimorar as sinapses cerebrais, ou seja, a conexão entre os 100 bilhões de neurônios do cérebro. O que é meio caminho andado para que, na idade da razão, ele seja mais capaz de construir sínteses cognitivas, sabendo relacionar as partes com o todo e fragmentar o todo em suas partes constituintes.

Não basta apenas ler a história. É preciso interagir com a criança: mostrar figuras, fazer perguntas, reproduzir sons sugeridos, imitar personagens etc.

Vale recordar que assimilamos 90% de tudo que é importante aprender para fazer de cada um de nós um ser humano até os seis anos de idade: comer, andar, falar, distinguir pessoas e relações de parentesco, discernir ocasiões de perigo ou risco, aprimorar o instinto de sobrevivência etc.

Crianças que escutam histórias desde cedo enriquecem seu vocabulário e desenvolvem a capacidade de compreensão e aprendizado. Pesquisas comprovam que o hábito da leitura em casa possibilita melhor aproveitamento escolar.

O grande perigo, hoje, é ver crianças e adolescentes “sequestrados” intelectualmente pela hipnose televisiva de baixa qualidade ou navegando à deriva na internet. No caso da TV, o risco de abdicarem da própria imaginação em prol das fantasias projetadas no monitor. Na adolescência, poderão buscar suprir a carência através nas drogas.

O risco do uso abusivo da internet, sobretudo quando se navega sem direção, é ser bombardeado por um fluxo de estímulos e informações sem estrutura cognitiva e moral para selecioná-los ou discerni-los. E é bom lembrar que ver o que aparece na TV e na tela do computador não equivale a ler e, muito menos, a escrever.

Bem cantavam os versos de Castro Alves, no século XIX: “Oh! Bendito o que semeia / Livros... livros a mão cheia / E manda o povo pensar! / O livro caindo n’alma / É germe - que faz a palma / É chuva que faz o mar.”

\*Frei Betto é autor de “Maricota e o mundo das letras” (Mercuryo Jovem), entre outros livros para crianças e jovens ([www.freibetto.org](http://www.freibetto.org) - twitter:@freibetto)

## [Creativity Revisited](#)

ExchangeEveryDay

### Creativity Revisited

August 26, 2010

What I want is to make people laugh so they'll see things seriously.  
-William Zinsser

---

We are thrilled when an ExchangeEveryDay message generates a lively discussion. The message for July 27, "[The Creativity Crisis](#)," attracted some interesting comments on the website, and spurred a discussion on the [World Forum's play](#) listserv. We invite you to [go back and review this message](#), read the excerpts below of web comments, [and then add your own input](#).

Sally Rowden from Madera, California wrote: I've currently been rereading "Crisis in the Kindergarten — Why Children Need to Play in School," by Edward Miller and Joan Almon — Alliance for Childhood, which supports highly this current article shared by Exchange. The article quotes Daniel Pink, author of "A Whole New Mind," who writes about "imagination economy." How future leadership in the business world is demanding folks that think with creativity. The article gives valid research on how play, in its complexity, supports children's learning in language skills, social skills, empathy, imagination, taking another's perspective, being less aggressive, having more self-control and higher levels of thinking (creative/abstract). It examines a "laissez-faire, loosely structured classroom; a classroom rich in child-initiated play; a playful classroom with focused learning; and, didactic instruction with no play" recognizing that teachers must have an understanding of all four methods. Yet, encouraging a balance of the "two central methods" (child-initiated play and play focused learning) which "leads to life long benefits."

Nancy K. Bush, Child Day Care Association in St. Louis, Missouri observed: I wrote this note to my boyfriend's daughter and now want to share it here, too. OMG. OMG! This is so cool. It reminds me of the quote — who said it? "We don't stop playing because we grow old. We grow old because we stop playing." Ah, the Internet. George Bernard Shaw said that. Cherish those questions from Natalie. Look up answers together. LEARN together. I learned every single day when I was a preschool teacher as a result of the books I read with the children, from observing and talking with them, from being ok with not knowing and saying so. I found that the kids were so impressed — not like, she's so cool because she knows everything, impressed as in, making an impression on their minds, their psyches — when I said I didn't know, followed by "We can look it up." As a corollary, children are also impressed when you say you are wrong and take steps to make whatever it was right, whether information, making assumptions or hurt feelings. When children grow up knowing that making mistakes is an acceptable part of life, a necessary part of life, they are willing to take intellectual risks, to think outside that box, to be creative and learn for the sheer joy of it.

### [Exchange Resources on Play](#)

Exchange has packaged six of its play resources into a single "[Play Tool Kit](#)" and is offering the entire set at a 37% discount. Separately these resources would cost \$176, but we are offering the entire Tool Kit for only \$110. Resources in the kit include...

- Beginnings Workshops Book #6 - Play
- Promoting the Value of Play CD Book
- 4 Out of the Box Training Kits (Print versions)
  - Play and the Out doors: What's New Under the Sun
  - "But They're Only Playing": Interpreting Play to Parents
  - Supporting Constructive Play in the Wild
  - Designing and Creating Natural Play Environments

ExchangeEveryDay is a free service of Exchange Magazine. View this article online at [ChildCareExchange.com](http://ChildCareExchange.com)

## Crise no casamento e na escola

Risco de baixo desempenho escolar é maior entre filhos de pais separados, mas pode ser evitado, mostra estudo

**FABIANA REWALD  
DE SÃO PAULO**

Logo após se separar da mulher, há cerca de dez anos, Analdino Rodrigues Paulino, 57, viu a filha mudar diversas vezes de escola.

Enquanto os pais decidiam quem ficaria com a guarda da garota, ela tinha de se adaptar não só às mudanças na família como também na sua educação.

Isso fez com que ela perdesse o interesse nos estudos e passasse a ter dificuldades na escola, conta o pai, que hoje é presidente nacional da Apase (Associação de Pais e Mães Separados).

Paulino diz que, durante todo o tempo que passa com a filha -ele mora em São Paulo, ela, em Goiânia-, ele se esforça para que ela tome gosto por estudar.

O caso da filha de Paulino é um exemplo do que foi constatado em uma pesquisa feita pelo Instituto Glia com 5.961 crianças e adolescentes de diversos pontos do país.

De acordo com o levantamento, crianças e adolescentes com pais separados têm um risco 46% maior de ter baixo desempenho escolar.

"Ter o risco não significa que necessariamente irão apresentar esses problemas, quer dizer apenas que existe propensão", explica o neurologista e coordenador do projeto Marco Antônio Arruda.

O principal objetivo do estudo, que também mediu fatores de risco para baixa saúde mental (leia mais ao lado), é justamente alertar pais e educadores para que os problemas sejam evitados.

Por isso, o estudo foi editado em formato de cartilha, com recomendações de precaução contra baixo desempenho escolar e distúrbios mentais. Os dados completos serão apresentados no Congresso Aprender Criança, que começa na sexta, em Ribeirão Preto (313 km de SP).

## **LUTO**

Especialistas em psicologia e educação consultados são unânimes em recomendar que os dados sejam encarados com cuidado. Isso porque não se pode dizer que a separação é uma causa para o baixo desempenho escolar.

No entanto a maioria deles reconhece que a separação pode causar problemas emocionais à criança, o que pode se refletir na escola.

"O desconforto emocional pode se refletir no desempenho escolar, em uma insônia ou uma hiperatividade", exemplifica a psicanalista Blenda de Oliveira, diretora da Casa Movimento.

A psicopedagoga Maria Irene Maluf diz que esse período de adaptação, em que a criança passa por uma espécie de luto, dura de dez a 12 meses. "Passada essa fase, isso desaparece totalmente."

A terapeuta familiar Roberta Palermo lembra ainda que, mesmo após a separação, ambos os pais devem se interessar pela vida escolar dos filhos.

"É importante que o pai não se torne apenas um provedor financeiro após a separação. Portanto, ele deve opinar na escolha da escola, deve estar presente nos eventos e reuniões. Ambos devem ter um discurso semelhante sobre o que esperam da vida escolar dos filhos e, quando não se entenderem, devem manter o respeito."

## **TRABALHO DA ESCOLA**

Já Marisa Melillo Meira, que é professora de psicologia da educação da Unesp de Bauru, acredita que o baixo rendimento não pode ser visto como um sintoma de distúrbio causado pela separação dos pais.

"O desempenho da criança está diretamente ligado ao trabalho da escola."

## **Risco de transtorno mental é mais alto para os meninos**

DE SÃO PAULO

Outra conclusão do estudo do Instituto Glia é que meninos têm maior chance de desenvolver transtornos mentais que meninas.

"Doenças têm épocas preferenciais de ocorrência na vida do homem. No menino, predominam o transtorno do déficit de atenção e a hiperatividade, a dislexia e o autismo. Depressão, ansiedade e enxaqueca predominam na mulher adulta, e assim por diante", explica o neurologista Marco Antônio Arruda, que coordenou a pesquisa.

"São fatores predominantemente biológicos/genéticos que determinam isso", completa Arruda.

Pensando na prevenção a esses distúrbios mentais, teve origem no departamento de psiquiatria da Unifesp o projeto Cuca Legal.

Hoje ele atua em três escolas públicas de São Paulo, oferecendo medicação e atendimento gratuito aos alunos que têm problemas diagnosticados.

A psicopedagoga Adriana Fóz diz que a equipe também atende a estudantes de baixa renda de escolas que ainda não fazem parte do projeto -que deve ser ampliado.

## **DICAS PARA**

### **A VOLTA ÀS AULAS SER TRANQUILA**

1 Faça uma autoavaliação para saber como estão os seus hábitos de estudo. Identifique na sua rotina o que está funcionando e o que precisa melhorar. Alguns pontos são muito importantes, como tempo dedicado à tarefa, participação em aula e um local de estudo apropriado

2 Coloque no papel um planejamento da sua semana, dividindo o tempo entre compromissos e atividades escolares. Avaliar sempre se ele continua atendendo às suas necessidades

3 Prepare-se para as aulas e leia o conteúdo antes de ele ser apresentado pelo professor. Adquirir conhecimento prévio ajuda a esclarecer dúvidas e otimiza o aprendizado. Participe da aula

4 Antes de iniciar o estudo de uma nova matéria, faça a revisão do que já foi estudado. Em pouco tempo, você consegue revisar duas horas de aula ou de leitura

Fonte: **ALOYSIO COSTA**, coordenador do ensino fundamental 2 do Colégio Augusto Laranja

## Maternidade no inferno

O documentário "Leite e Ferro" revela a vida numa cadeia de São Paulo destinada às mulheres que estão amamentando; depois de quatro meses de convívio, as presas são separadas dos filhos

Divulgação



Detentas cuidam de bebê no Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa, no bairro do Butantã; após a conclusão do filme, espaço foi desativado

ANA PAULA SOUSA  
DE SÃO PAULO

No Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa (CAHMP), os quartos de bebê têm recortes de revistas a servir de papel de parede e grades a separá-los do mundo.

Criado para cumprir o direito constitucional à amamentação, esse espaço, ao lado da Penitenciária Feminina, no Butantã, é um lugar que a sociedade não vê.

"Quando descobri a existência do centro, achei uma iniciativa incrível. Depois do filme, já não sei", diz Claudia Priscilla, diretora de "Leite e Ferro". "Que vínculo é esse que só dura quatro meses? O Estado, depois da amamentação, não faz mais nada para manter o laço."

Essa é apenas uma das perguntas difíceis trazidas à tona pelo filme que será exibido pela primeira vez no Festival de Cinema de Paulínia, no próximo dia 16.

### "LEONERA"

O sombrio universo das mulheres que têm de conciliar o irreconciliável, prisão e maternidade, foi visto recentemente no filme argentino "Leonera", de Pablo Trapero.

Mas, à parte o tema, nada mais une os dois trabalhos.

Trapero constrói seu mundo pela ficção. E são bem distintas as grades daqui e de lá. Enquanto em "Leonera", elas passam dois anos com os filhos, as brasileiras, raramente, conseguem ficar mais de seis meses com o bebê.

Exala também, de "Leite e Ferro", um fetiche feminino pelo crime que raramente nos é mostrado. Por representarem 6% dos presos do país e por quase não fazerem rebeliões, as mulheres ficam ausentes da representação midiática ou cultural.

Talvez por isso a câmera seja tão sedutora para elas.

"Qualquer um, diante da câmera, tende a criar uma persona, a tentar falar melhor. Elas acabam respondendo a esse imaginário do bandido meio herói", diz Priscilla.

Quem rouba a cena é Luana, traficante apelidada Robin Hood, que namorou Pixote na infância e casou-se com um "157 [ladrão] nato".

Priscilla ouve essas mulheres como, talvez, só mesmo uma mulher pudesse ouvir. "Eu achava que teria muito em comum com elas. Mas não. Viver isso no cárcere é outra coisa. Em alguns momentos, me senti constrangida de ter tido tanto conforto na maternidade."

Após a conclusão do filme, o CAHMP foi transferido para o centro hospitalar do Carandiru. "O CAHMP estava numa situação insustentável, superlotado. Mas, de novo, elas foram para um lugar inadequado", diz Heide Cerneka, da Pastoral Carcerária. "O Estado tem dificuldades de enfrentar esse problema." O cinema o pôs em quadro.

---

## LEITE E FERRO

DIREÇÃO Claudia Priscilla

PRODUÇÃO Brasil, 2010

ONDE Paulínia Festival, em 16/ 07; 5º Festival Latino-Americano de SP, em 17/07; estreia prevista para o segundo semestre

## ANÁLISE

### **Privação faz mães se voltarem totalmente para os seus filhos**

LUCIANA SADDI  
ESPECIAL PARA A FOLHA

A maternidade é um processo que inclui a gravidez, o parto e o nascimento do bebê. É momento de crise que transforma a vida e o corpo das mulheres.

A maternidade requer capacidade de atenção e de pré-ocupação, exige total doação da mãe, ao menos nos primeiros meses.

Essa concentração intensa possibilita à mãe entender o que o bebê precisa e permite lhe apresentar as coisas do mundo e a linguagem. Então, surge um dos vínculos mais fortes do universo humano.

Em vários momentos do documentário "Leite e Ferro", realizado em penitenciária voltada para mulheres que deram à luz cumprindo pena, percebemos a identidade de mãe superar a de estar presa.

É que muitas, por conta da privação de liberdade e por estarem num ambiente organizado para cuidar dos recém-nascidos, desenvolvem plenamente as condições para que o vínculo mãe/bebê se realize.

É a prisão que gera a oportunidade única de estarem totalmente voltadas aos filhos; é a prisão que lhes retira, friamente, após quatro meses, a condição tão humana de poder se dedicar carinhosamente aos seus bebês. Ironia do destino, essa é a maior punição.

LUCIANA SADDI é psicanalista e escritora, autora do romance "Perpétuo-Socorro" (editora Jaboticaba)

## **Celular e web ajudam a tratar crianças diabéticas à distância**

Divulgação

Em vídeo, a enfermeira Taisa Barissa usa urso para ensinar crianças a injetar a insulina

DÉBORA MISMETTI

EDITORA-ASSISTENTE DE SAÚDE

Hora de almoçar, diz o celular. Hora de medir a glicemia, apita de novo. Em resposta, a criança diabética ou quem cuida dela envia o resultado da taxa de açúcar no sangue a uma central. Se o número estiver muito alto, o médico é avisado e toma providências, como mudar recomendações sobre a alimentação da criança.

A tecnologia para tornar esse cuidado remoto uma realidade está sendo desenvolvida pela ONG Pró-Crianças e Jovens Diabéticos, que dá apoio a crianças pobres com diabetes tipo 1 em São Paulo e Minas Gerais.

O projeto, chamado Zelous, é patrocinado por uma empresa de telefonia celular e tem a colaboração de profissionais da área médica e de tecnologia da Unicamp.

O sistema de medicina à distância envolve também a criação de prontuários virtuais com todos os dados do paciente e de Folha de S.Paulo - Foco: Celular e web ajudam a tratar crianças diabét... <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saude/sd1307201003.htm>

1 sua família, acessáveis gratuitamente pelos médicos na internet. O programa de computador que compila os dados é de domínio público.

Claudia Filatro, 45, presidente da ONG e mãe de um menino de 11 anos diabético desde os três, diz que a maioria dos doentes não tem a doença sob controle, ainda mais no caso das crianças atendidas pela entidade, cujas famílias não têm dinheiro para comprar os alimentos dietéticos.

"Com esse sistema, vamos aproximar a criança do médico", diz Filatro. Os primeiros testes devem começar no ano que vem, com crianças atendidas pela ONG.

De acordo com o endocrinologista Walter Minicucci, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes, que assessora o programa como voluntário, o ideal seria que a rede pública adotasse o sistema. "Isso não é fácil, mas o desenho do projeto está caminhando bem", afirma.

Além dos cuidados remotos, a ONG está preparando aulas em vídeo para serem transmitidas pela internet para crianças e pais sobre como lidar com a doença, como com as injeções de insulina.

Nos Estados Unidos, um projeto semelhante, mas que engloba adultos diabéticos, está sendo testado em um hospital de Washington.

Texto Anterior: Hospitais erram dose e hora ao administrar remédios a pacientes

Próximo Texto: Instituições de saúde deverão ter álcool para higiene das mãos

Índice

Em 15 de julho de 2010 17:12, Vital Didonet <vitaldidonet@terra.com.br> escreveu:

Prezados Colegas

O assunto volta à tona - na verdade não baixou às águas turvas do esquecimento nem à profundidade da solução - por essa reportagem. Como estou, em nome da Rede Nacional Primeira Infância, dando continuidade às ações que desenvolvemos há poucas semanas no Congresso Nacional e que, naquela ocasião, teve êxito, envio a todos um comentário que estava por fazer no final da semana passada.

(a) A alternativa de inserir no PL 280, que estava sendo debatido no Senado, sob a relatoria da Senadora Fátima Cleide, um dispositivo que definisse a "idade de corte" (seis anos completos para ingresso no EF ou a completar até 31 de março do ano da matrícula no primeiro ano) não deu certo. Por argumentação do Sen. Flávio Arns (de inconstitucionalidade, uma vez que "o texto constitucional diz que a educação infantil é "até" cinco anos de idade e que cinco anos e um dia já é o ciclo do sexto ano"), a relatora retirou o inciso que pusera em seu Substitutivo. Ou seja, o substitutivo da Relatora trata apenas da matéria original do PL 280, o perfil de formação dos professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

(b) A alteração do PL 6755 (ou, na numeração original, no Senado, PLS 414) foi feita pelo relator, Dep. Joaquim Beltrão, nos termos que a RNPI propôs (ver Sugestões de Emenda ao PL 6755/2010) e que foi reforçada na Audiência Pública com as falas do MEC, da Undime, da RNPI e do Mieib/Anped. Mas corremos um sério risco, que precisamos avaliar com perspicácia, que é o seguinte: assim como o argumento da inconstitucionalidade levou a Comissão de Educação do Senado a retirar o dispositivo que a relatora tencionava colocar no PL 280, esse mesmo argumento poderá levar essa mesma Comissão de Educação do Senado a rejeitar a modificação que a Comissão de Educação da Câmara faça no PLS 414 sobre a idade de corte para ingresso no EF. Todos sabem que um projeto de lei tem que ser aprovado pelas duas casas - Senado e Câmara - para ser enviado à sanção. Caso a Casa revisora o modifique, a Casa de Origem avalia a modificação, podendo aceitá-la ou rejeitá-la. Caso rejeite, volta à redação original. Ora, o PLS 414 é do Senado. O precedente - caso do PL 280 -, nos diz qual a atitude da Comissão de Educação do Senado será de rejeição à modificação feita pela Câmara, voltando, então, o texto original do Sen. Flávio Arns. E aí nossa causa estaria perdida.

(c) então, em entendimento com a Undime (Carlos Eduardo), retomamos a idéia de fazer uma Proposta de Emenda Constitucional, tal como foi conversado na reunião que tivemos com o Sen. Flávio Arns, como sugerido na reunião com o Dep. Joaquim Beltrão (relator do PL 6755), e como foi dito na Audiência Pública na Comissão de Educação, da qual tantos colegas da RNPI participaram.

Ha deputados e senadores interessados em apresentar essa PEC, mas é importante considerar os seguintes fatores intervenientes:

a) por estarmos num ano eleitoral, a tramitação legislativa de uma PEC tem baixa probabilidade. Pode-se dar entrada, mas dificilmente se cria a Comissão Especial (cada lider de Partido deve indicar seus membros e ela só funciona quando estiver com todos as vagas designadas e a Comissão criada) e pouco tempo teriam os deputados para se reunir, uma vez que outras matérias, algumas urgentes e outras com pressão social ou demanda governamental, vão tomar bastante tempo dos parlamentares;

b) o tema - um advérbio a mais ou uma idade mal expressa num inciso do art. 208 sobre o término da educação infantil "até cinco anos de idade" - não parece ser um assunto tão

relevante, de suficiente expressão política, econômica ou social que mobilize o Congresso Nacional nesse período. Teríamos que colocar outros itens, para dar mais substância a uma proposta de emenda à Constituição. Embora haja itens que mereçam uma reformulação... eles teriam que ser debatidos, sobre eles seria necessário haver consenso ou acordos...

c) então, continuamos com a intenção de elaborar uma proposta de Emenda, inclusive em atenção a pedidos que deputados e senadores nos têm feito, mas estamos sugerindo ao Relator e ao Presidente da Comissão de Educação que não dêem prioridade à apresentação e votação do PL 6755 antes de haver uma PEC em tramitação sobre o assunto.

O problema da definição legal da idade de ingresso no EF não fica resolvido por ora, mas evitamos que ele seja definitivamente estabelecido em lei como sendo a partir do primeiro dia após o aniversário de cinco anos, como está no PLS 414. Enquanto isso, o MEC, a Undime, a Uncme, e outros órgãos diretamente ligados à gestão dos sistemas de ensino, procuram fazer valer a decisão do CNE.

Se houver alguma sugestão diferente, por favor, nos comuniquem para analisarmos em conjunto.

Um abraço grande

Vital Didonet  
Secretaria Executiva/RNPI

ONG educacional leva internet às montanhas em lombo de mulas

### **Escolas da província argentina de Jujuy receberam antenas, conexão e computadores**

28 de maio de 2010 - O Estado de S. Paulo

Um grupo de 23 escolas em uma área remota do norte da Argentina está beneficiando-se da iniciativa de pedagogos, médicos e especialistas em tecnologia que leva conexões de internet e computadores em lombo de mulas para escolas da região montanhosa.



#### **Divulgação**

Escolas de regiões como Humahuaca, a 4 mil metros do nível do mar, receberam antena de internet. O grupo faz parte da Fundação Aprendiendo Bajo la Cruz del Sur (Aprendendo Abaixo da Cruz do Sul) e a província beneficiada é a de Jujuy.

As escolas estão na região chamada Quebrada de Humahuaca, marcada pelo frio e clima seco, no norte do país.

Duas delas, as escolas Loma Larga e Alonso Mayo, estão a mais de 3 mil metros acima do nível do mar. Os animais foram a alternativa de transporte para estas instituições de ensino mais altas.

A iniciativa gerou a combinação do passado, no transporte com os animais, e o presente e futuro, com a internet.

A caminhada durou 14 horas até a Loma Larga e outras dez horas até a escola mais alta da montanha, a Alonso Mayo, a 4 mil metros acima do nível do mar, como contou a BBCBrasil a presidente da Fundação, a pedagoga, com especialização em novas tecnologias da educação, Claudia Gomez Costa.

"Por ter limitações locomotoras e porque uso apoios para caminhar, estive na base da montanha, na parte de acompanhamento e supervisão. Mas um médico, um engenheiro de sistema e um técnico em informática chegaram até esta última escola, no alto da montanha", contou.

A caravana durou, no total, mais de uma semana e contou com cinco mulas e seis burros, além da ajuda de moradores.

Esta ONG surgiu em 2004, como informou Costa, e instalou antenas em 75 instituições de ensino e parques em todo o país. As antenas de internet são instaladas em cada escola ou grupo de escolas. BBC Brasil - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC.

## **Uma Boa Norma**

1ª Edição -

8, julho 2010.

Fonte: O Globo Opinião - Publicidade

Opinião - Página 7

ISABELLA HENRIQUES e

DANIELA TRETTEL

Na última terça-feira, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) publicou a Resolução no24, que trata da publicidade de alimentos com alto teor de açúcar, gorduras saturadas e trans, sódio e de bebidas com baixo valor nutricional.

A resolução determina que daqui a seis meses os anúncios desses produtos sejam acompanhados de alertas informativos sobre os riscos à saúde do consumo em excesso.

A inovação dessa nova regra da agência representa um grande avanço para a sociedade brasileira, que segue uma tendência mundial ao reconhecer a forte influência da comunicação mercadológica no aumento do número de casos de obesidade e doenças crônicas relativas ao consumo excessivo de sal, açúcar e gorduras. É verdade que a resolução teria sido muito mais efetiva se mantivesse o texto original que estava em discussão desde 2006 e possuía uma série de dispositivos relativos à proteção específica do público infantil, sabidamente hipervulnerável aos apelos da publicidade e do consumo, em especial no caso das guloseimas.

Ainda assim, apesar de ser necessária a atenção da Anvisa para a questão específica do público infantil, é de extrema importância o respeito integral à resolução publicada.

Infelizmente, já com a resolução publicada — e depois de ter participado das etapas anteriores, inclusive se valendo do processo notadamente democrático fomentado pela agência —, o setor, representado pela Associação Brasileira da Indústria Alimentícia, preferiu manifestar sua indignação com a regulamentação da publicidade de alimentos, questionando a competência legal da Anvisa para tratar do tema.

O assunto é polêmico e em outras ocasiões, no tocante à publicidade de cervejas e de medicamentos, já foi objeto de discórdia e de provocação.

Contudo, é importante que se diga que o setor regulado não está preocupado em garantir preceitos constitucionais ou defender a Carta Magna. Quer sim impedir a Anvisa de atuar no âmbito da regulamentação da atividade publicitária, seja ela relativa a qualquer produto ou serviço. Cervejas, remédios, alimentos.

Não importa. O setor regulado não quer o Poder Executivo ousando imiscuir-se nesse assunto.

Mas se não quer regra, regulamentação, verdade seja dita, também não quer norma, lei ou decreto. Nem sentença judicial. Ora questiona o fato de hoje tramitarem no Congresso Nacional centenas de projetos de lei que preveem alguma norma sobre a publicidade, seja ela qual for — e luta bravamente para que nenhum deles seja aprovado.

Ora diz que a Anvisa não tem competência para regulamentar essa atividade comercial. Ora alardeia que não deve o Poder Judiciário preocupar-se com o assunto porque, afinal, a autorregulamentação do setor seria suficiente e bastaria para manter a atividade publicitária sob controle.

Então vale a pergunta: há no país uma atividade comercial que não se subordine ao Poder Legislativo, ao Executivo ou mesmo ao Judiciário? É isso mesmo?

Pois é isso que o setor e a autorregulamentação brasileira querem e têm defendido. A boa notícia é que ainda vivemos em um estado democrático, no qual os três poderes da República devem ser respeitados por todos. Inclusive pela atividade econômica publicitária.

E é por isso que está na hora de esse tipo de posicionamento institucional mudar. Está na hora de as organizações de classe, do setor regulado e da própria autorregulamentação se conciliarem.

Sentarem-se à mesa para efetivamente discutir propostas e não se manterem refratários a mudanças.

Se o país que todos desejamos — e aí se incluem os profissionais que estão à frente dos grandes conglomerados anunciantes e das agências publicitárias — é um país que respeita seus cidadãos e que protege a criança como seu bem maior por ser o futuro da nação, é importante que se deixe de lado a busca desmedida pelo lucro e as discussões de caráter ideológico. O que se propõe não é, em hipótese alguma, o fim da publicidade, mas uma mudança de paradigma em relação à forma como tem sido feita atualmente. A questão aqui não é ver quem ganha a discussão, mas garantir que o ganho será da sociedade e da infância brasileira. Se não for assim, perdemos todos — as crianças, a sociedade, o mercado e o país.

**O Globo**, Opinião, 8/7/2010

Link: <http://www.oglobodigital.com.br/flip/?ran=me8sgFF14nBilhp52ulYGe4VmDHOpBHWmIVhSUMPvltkC0bRvY>

## **Professores precisam ser valorizados, mostra pesquisa**

**Para 41% dos entrevistados pelo Ibope, os próximos governantes precisam melhorar o salários dos professores**

*Priscilla Borges, iG Brasília | 09/06/2010 21:00*

Os professores precisam ser valorizados, segundo pesquisa Ibope Inteligência, Campanha Todos pela Educação e Fundação SM divulgada nesta quarta-feira. O estudo foi realizado entre os dias 13 e 18 de maio com 2.002 eleitores com mais de 16 anos de todas as regiões do País. Para 41% dos entrevistados, os próximos governantes precisam melhorar o salários dos professores. É a principal medida apontada pelos eleitores para o futuro. Na sequência, eles querem equipar melhor as escolas já existentes (29%), criar escolas profissionalizantes (28%), melhorar a segurança nas instituições (28%), construir mais salas de aula (26%) e melhorar a capacitação dos professores, oferecendo formação melhor (26%).

A importância do magistério para os brasileiros é evidenciada também pela avaliação feita dos pontos fortes e fracos da educação nacional. A qualificação dos docentes aparece em terceiro lugar na lista dos aspectos positivos, com 21% das indicações. Por outro lado, o mesmo item foi citado como ponto fraco por 24% das pessoas, em segundo lugar dos negativos. Cada um podia citar até três aspectos.

O salário dos professores é considerado por 46% dos entrevistados como o ponto mais fraco da educação brasileira, junto com a segurança nas escolas (46%). Esses dois problemas foram apontados como principais em todas as regiões e por eleitores de todas as classes sociais. O número de docentes do País também é citado como negativo por 22% dos participantes.

Os pontos mais fortes apontados pela amostra são a merenda (29%), seguida do número de escolas e vagas (25%) e do material didático (25%).

### **Governo Lula**

A pesquisa Ibope mediu o grau de satisfação dos entrevistados com educação durante o governo Lula. A Educação Básica aparece abaixo da média, com 2.8 de grau de satisfação numa escala de 1 a 5, atrás de áreas como política externa (3.4), economia (3.1), infraestrutura (3.0), educação superior (2.9) e meio ambiente (2.9). A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Entre os entrevistados que têm filhos em escolas públicas (77%), a avaliação segue o mesmo índice. Eles atribuem 3.0 para ensino superior e 2.9 para educação básica. A região Sudeste é a que apresentou as piores médias: 2.6 para ensino superior e 2.5 para educação básica.

# Avaliação da educação básica pública no Brasil

*Ibope*

A percepção em relação à educação pública no País apresentou melhora, quando comparada à avaliação de 2006. O percentual de entrevistados que a consideram ótima passou de 25% para 34%. A parcela dos que a consideram ruim/péssima diminuiu de 28% para 21% e manteve-se praticamente constante o total dos que a consideram regular (de 45% para 44%).

A região Sul é a que melhor avalia a educação básica brasileira, com 50% de ótima, enquanto a região Sudeste é a que pior avalia com 28% para ruim/péssima. Em relação à qualidade da Educação Básica pública no País, 51% dos entrevistados apontam que esta área está melhorando, porém, em ritmo lento. Na região Norte/Centro Oeste esta parcela é de 70%.

## Metas

Um dos objetivos da pesquisa era conhecer o perfil dos eleitores brasileiros e saber quais as expectativas deles em relação à educação básica, ressalta a diretora-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz. “Nosso trabalho é influenciar nas decisões políticas e propor soluções para a educação. Para isso, é fundamental conhecermos as expectativas da sociedade”, diz.

A Campanha Todos pela Educação pediu que os entrevistados avaliassem as cinco metas definidas para melhorar a educação do País até 2022: toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; todo aluno com aprendizado adequado à sua série; todo jovem com o ensino médio concluído até os 19 anos e investimento em educação ampliado e bem gerido.

A pesquisa pediu aos participantes que avaliassem o grau de dificuldade que percebiam no alcance das metas. A maioria considerou que todas as metas são igualmente possíveis de serem atingidas até 2022. Em uma escala de 1 a 5, as médias ficaram entre 3.2 e 3.4. A mais importante para a maioria (34%) é a primeira: toda criança e jovem entre 4 e 17 anos na escola. Na sequência, empatam a alfabetização até 8 anos e a ampliação dos investimentos.

Em relação à qualidade da Educação Básica pública no País, 51% dos entrevistados apontam que esta área está melhorando, porém, em ritmo lento. Na região Norte/Centro Oeste esta parcela é de 70%.

## **Qualidade da educação básica depende do Estado, aponta Ibope**

**Pesquisa mostra que eleitores consideram governos responsáveis pelo ensino e colocam área entre prioridades para eleições 2010**

*Priscilla Borges, iG Brasília | 09/06/2010 22:00*

Para a maioria dos eleitores brasileiros, o poder público é o grande responsável pela qualidade da educação brasileira. É o que revela pesquisa realizada entre 13 e 18 de maio pelo Ibope Inteligência, Campanha Todos pela Educação e Fundação SM com 2 mil eleitores com mais de 16 anos em todo o País.

Os resultados mostram que, para apenas 10% dos eleitores, os professores - muitas vezes apontados como responsáveis pelo fracasso ou sucesso do ensino - são os mais determinantes para a qualidade da educação. Em 2006, quando a mesma pesquisa foi feita, 27% dos entrevistados consideravam os docentes tão responsáveis pelo sucesso do ensino quanto o governo federal (também com 27% das afirmações). Os professores só perdiam para o Ministério da Educação, avaliado por 29% da amostra como o principal ator nesse processo. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

De acordo com os pesquisadores, a população deixa claro que o papel de assegurar educação básica de qualidade aos brasileiros é do Estado. “É um dado que chama a atenção porque mostra um amadurecimento da sociedade ao reconhecer que existem responsáveis pela qualidade da educação e eles são os gestores que a gente elege”, ressalta a diretora-executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz.

Cada eleitor podia citar os três órgãos que consideravam mais determinantes para a educação brasileira. A maioria dos entrevistados (55%) afirmou que o governo federal é o órgão que mais pode contribuir. O Ministério da Educação foi citado por 39% dos entrevistados.

A importância das outras instâncias de governo para garantir bom ensino público às crianças também aumentou. Em 2006, 23% dos eleitores citaram as prefeituras como grandes responsáveis por isso. Agora, o índice subiu para 42%. Os governos estaduais, que foram citados em 2006 por apenas 16% dos entrevistados, foram indicados por 33% da amostra. As secretarias municipais e estaduais aparecem em 25% e 18% das respostas, respectivamente.

AGÊNCIA DO SENADO  
COMISSÕES / Educação  
11/06/2010 - 18h29

## **CE vota projeto sobre a formação de professores para a educação infantil**

Os docentes de nível médio formados em cursos de magistério poderão continuar a lecionar na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental. É o que defende a senadora Fátima Cleide (PT-RO) em parecer apresentado ao PLC 280/09, projeto de iniciativa da Presidência da República. A matéria é o primeiro item da pauta da reunião da Comissão de Educação marcada para a esta terça-feira (15), às 10h.

Quando foi enviado ao Congresso pela Presidência, o projeto, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), exigia nível superior (em curso de licenciatura realizado em universidades ou institutos superiores de educação) para os professores da educação básica. Apenas nas localidades onde comprovadamente não houvesse formados em nível superior é que seria admitida a contratação de professores com nível médio para a educação infantil e as quatro séries iniciais do ensino fundamental.

"Não me parece - e foi também a opinião majoritária dos que participaram da Conferência Nacional de Educação [Conae] - que a sociedade brasileira esteja em condições de prescindir do curso Normal para a formação inicial dos professores. É na idade da oferta do nível médio (de 15 anos em diante) que a maioria dos que são sensíveis ao trabalho docente junto a crianças está disponível para estudar e ser supervisionada em práticas pedagógicas nas escolas públicas", afirma Fátima Cleide ao justificar a alteração que fez à proposta original.

O projeto tramita em conjunto com o projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o PLS 54/07 e ainda deverá ser votado pelo Plenário.

Roberto Homem / Agência Senado  
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)  
102840

## **Educação infantil no País recebe nota 3,4, indica estudo**

### **2 horas, 26 minutos atrás**

A educação infantil brasileira merece nota 3,4, numa escala de zero a dez. A conclusão é da pesquisa "Educação Infantil no Brasil: avaliação qualitativa e quantitativa", realizada pela Fundação Carlos Chagas em parceria com o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujos resultados serão apresentados hoje e amanhã.

Obtido com exclusividade pelo jornal O Estado de S. Paulo, o estudo mediu a qualidade da creche (de 0 a 3 anos) e da pré-escola (4 e 5 anos) em seis capitais de todas as regiões do País: Belém, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Rio de Janeiro e Teresina. A nota 3,4 demonstra que a qualidade do ensino infantil tem nível básico (de 3 a 5) - os outros estágios eram: inadequado (1 a 3), adequado (5 a 7), bom (7 a 8,5) e excelente (8,5 a 10).

Foram avaliados 43 aspectos divididos nas seguintes áreas: espaço e mobiliário (média 3,1); rotinas de cuidado pessoal (4,1); linguagem e raciocínio (3,7); atividades (2,3); interação (5,6); estrutura do programa (2,5) e pais e equipe das escolas (3,6). É a primeira vez que se tem acesso a tópicos aprofundados das condições do ensino infantil no País.

O aspecto que recebeu a nota mais baixa (1,6) está dentro da área de atividades e avalia a disponibilidade de materiais para aulas de ciências, como coleções de objetos naturais e livros e jogos temáticos. Já o que recebeu a nota mais alta, 6,7, pertence ao quesito interação e analisa se as relações entre adultos e crianças são empáticas.

Para Marcelo Alfaro, especialista em educação do BID no Brasil, os resultados baixos não surpreendem. Segundo ele, a área mais problemática é a chamada "fundamentalização" do ensino infantil (abordagem semelhante à do ensino fundamental) . "Isso é observável, por exemplo, na disposição das carteiras nas salas de crianças 4 e 5 anos", afirma. "É essencial construir uma identidade própria para a nossa educação infantil." As informações são do jornal

O Estado de S. Paulo.

## Estrutura e projetos pedagógicos ainda são insuficientes

**Amanda Ciegliniski, da Agência Brasil**

Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada em 2009 traz um novo desafio educacional para o país: incluir na escola, até 2016, todas as crianças a partir dos 4 anos de idade. Mas, além da matrícula, será preciso um esforço ainda maior para garantir educação de qualidade a essa faixa etária. Pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Ministério da Educação (MEC) mostra que as creches e pré-escolas ainda contam com estrutura e projeto pedagógico insuficientes para garantir o pleno desenvolvimento desses alunos.

O estudo será divulgado nesta segunda-feira (15/6) em São Paulo durante o seminário Educação Infantil no Brasil: Avaliação Qualitativa e Quantitativa. Foram visitadas 150 escolas públicas de educação infantil (creche e pré-escola) em Belém, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Teresina e no Rio de Janeiro. Sete aspectos foram avaliados: espaço e mobiliário, rotinas de cuidado pessoal, linguagem e raciocínio, atividades, interação, estrutura do programa e pais e equipe. Em todas as áreas, os resultados alcançaram o nível básico ou inadequado.

Para cada um dos quesitos foi atribuída uma nota de 0 a 10 dentro de uma escala dividida em níveis: inadequado (1 a 3), básico (3 a 5), adequado (5 a 7), bom (7 a 8,5) e excelente (8,5 a 10). A nota mais alta foi obtida na avaliação sobre os processos de interação entre adultos e crianças: 5,6.

A secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda, avalia que os resultados preocupam, mas já eram esperados. Ela ressalta que somente na última década a pré-escola e a creche deixaram de ser administradas pelas secretarias de Assistência Social e passaram a ser vistas como um serviço da área de educação.

“A gente não pode perder a perspectiva histórica. É um movimento ainda muito novo”, afirma. O especialista em educação do BID, Marcelo Perez, concorda com essa explicação. “Esse é um setor ainda em busca de identidade”, acredita. As atividades desenvolvidas com as crianças e a estrutura da programação em sala de aula foram os aspectos tiveram nota abaixo de 3 (inadequados).

Em relação às atividades, são consideradas, por exemplo, a disponibilidade de materiais para trabalhar a coordenação motora dos alunos, como quebra-cabeça e jogos de encaixe, a existência de atividades relacionadas à música, a presença de brincadeiras de faz de conta e o uso adequado da TV ou do vídeo.

O quesito estrutura do programa observou o ritmo da programação diária das turmas, incluindo como se organizam as rotinas de cuidados pessoais e as atividades livres e em grupo. Essa programação diária não deve ser extremamente rígida e nem “demasiadamente flexível”, sem planejamento. A nota obtida foi 2,5.

Apesar do quadro, Pilar defende que já está sendo feito um “grande esforço” por parte dos municípios e do governo federal para tornar a creche e a pré-escola um serviço, de fato, da educação. “O maior sinalizador disso é o Fundeb [Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica]. Ele sinaliza que temos uma política consistente de educação infantil”, aponta. Criado

em 2007, o fundo passou a financiar também as matrículas da educação, substituindo o antigo Fundef, que só garantia verbas para o ensino fundamental.

No MEC, a principal ação para ampliar as matrículas nessa etapa do ensino é o programa Proinfância, que constrói centros de educação infantil nos municípios. Segundo Pilar, 1,7 mil escolas já estão em construção, 200 delas prontas. “Mas não pode ser qualquer educação infantil, tem que ser com qualidade. Nós já estamos com políticas que induzem a ampliação com qualidade e esse é um investimento alto”, diz. Marcelo Perez defende que é muito importante dar ao setor “a identidade” da qual ele precisa.

Essa “falta de identidade” está por exemplo na formação dos professores que não são capacitados para trabalhar especificamente com essa faixa etária, mas recebem uma formação generalista. “Na sala de aula a disposição das mesas e a metodologia são quase as mesmas utilizadas para uma turma do 1º ano do ensino fundamental. É preciso dar características próprias a esse nível. Isso precisa ser construído”, destaca Perez.

(Agência Brasil)